



GT 75. Retomadas e re-existências indígenas e negras

Coordenador(es):

Cauê Fraga Machado (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Sessão 1

Debatedor/a: João Daniel Dorneles Ramos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Debatedor/a: Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso)

A antropologia vem tradicionalmente tratando territorialidades negras, quilombolas e indígenas – especialmente do Nordeste – nas chaves analíticas da invenção da tradição, da etnogênese, da fricção interétnica, da reminiscência e da plasticidade identitária. Esses conceitos, além de estarem, na maioria das vezes, atrelados a relação desses coletivos com o Estado-nação, privilegiam apenas as relações políticas entre agentes humanos. Etnografias mais contemporâneas, vêm apresentando dados nos quais categorias nativas como as de retomada e resistência – não apenas como reagente, mas como re-existir – territorial e existencial, quando tomadas como conceitos descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência. Esses entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-nação de modos antes insuspeitos. Não pela via da memória ou da prova, mas pela cosmologia e relacionalidade estendida a todos existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente. São “identidades” e territorialidades que sempre existiram, mas estavam aguardando momento propício para se realizar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato. Nesse GT, privilegiaremos trabalhos etnográficos e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual indígenas e coletivos negros reclamam sua existência.

Retomada e Resistência: uma análise do enfrentamento ao avanço da fronteira agropecuária sobre os territórios Terena em Sidrolândia/MS e Akroá-Gamella em Viana/MA

Autoria: Marina de Barros Fonseca (UNB - Universidade de Brasília)

A disputa por terras é uma constante que acompanha toda a história do Brasil pós chegada do colonizador europeu, tendo assumido diferentes formas ao longo dos anos. O colonialismo continua a avançar sobre as terras e corpos dos povos tradicionais, mas agora acompanhado dos interesses do grande capital nacional e internacional que se apresentam sob a forma principalmente de empresas dos ramos agropecuário e extrativista, que colocam a obtenção de lucro acima do bem estar (e do bem viver) dos povos que nessas terras vivem e da preservação de seus territórios, ultrapassando todos os limites da legalidade para atingir suas metas. A presente pesquisa se propõe a analisar os processos de resistência ao avanço da fronteira agropecuária sobre territórios de ocupação tradicional, mais especificamente os processos de retomada de terra realizados pelos Terena de Buriti no Mato Grosso do Sul e dos Akroá-Gamella da região de Viana no Maranhão, encarando as retomadas de terra como o atual processo de territorialização desses povos. Procuro compreender os significados da retomada de terra, como ela ocorre desde a entrada no território ocupado a como isso auxilia no resgate e (re)construção da identidade coletiva, como as dinâmicas de poder se configuram e redes de aliança entre povos (e povos e instituições) são criadas. Os dados que serão



apresentados e discutidos são fruto de pesquisas etnográficas realizadas, durante minha graduação e mestrado, junto as duas comunidades. Escolhi trabalhar com os Terena e os Akroá-Gamella, pois os dois estados onde esses povos habitam vem sofrendo com um aumento substancial dos ataques violentos aos povos indígenas e seus direitos devido a importância das regiões para o setor agropecuário, vide a morte de Oziel Terena em 2013 e os ataques a facção sofridos pelos Akroá-Gamella em 2017 (ambos realizados em terras de retomada). Para compreender os diversos sentidos que a retomada de terra assume analisarei as diferentes formas de conceber e se relacionar com a terra e a forma a qual a comunidade e o ser se constroem em conjunto com ela. Busco entender como a retomada de terra ultrapassa seu significado de estratégia política de resistência e se torna um novo processo de territorialização desses povos, dando novos contornos a seus territórios, readaptando sua organização social, relações com o Estado e permitindo a (re)construção de suas comunidades em conjunto com a terra. A retomada de terra é um processo dirigido pelos próprios indígenas com base em suas demandas, em seu protagonismo étnico e em suas formas próprias de organização. É a resistência cotidiana e o enfrentamento guerreiro ao colonialismo feito de forma comunitária e por muitas vezes autônoma que vem a cada dia ganhando mais força apesar cenário cada vez mais adverso.



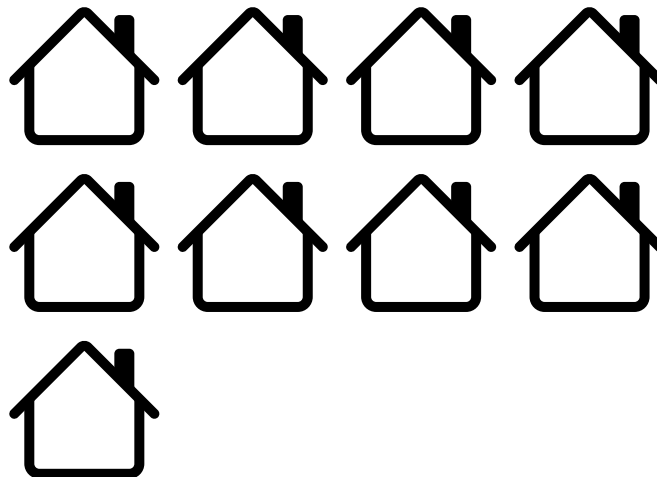
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: